

ALCINO PEDROSA • ANTÓNIO ALMODOVAR
ARMANDO CASTRO • CARLOS BASTIEN
DIOGO RAMADA CURTO • FERNANDO ROSAS
J. ESTEVES PEREIRA • JORGE PEDREIRA
JOSÉ LUÍS CARDOSO • JOSÉ MARIA BRANDÃO DE BRITO
JOSÉ VICENTE SERRÃO • MENDO CASTRO HENRIQUES

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTÓRIA
DO PENSAMENTO ECONÓMICO
EM PORTUGAL

Comunicações apresentadas
no *Seminário sobre História do Pensamento Económico em Portugal*
organizado em Outubro de 1987
pelo Centro de Investigação Sobre Economia Portuguesa (CISEP)
do Instituto Superior de Economia

Organização e Prefácio de
JOSÉ LUÍS CARDOSO

PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE
LISBOA
1988

**AGRARISMO, INDUSTRIALISMO, LIBERALISMO
ALGUMAS NOTAS SOBRE O PENSAMENTO
ECONÓMICO PORTUGUÊS (1780-1820)**

Jorge Miguel Pedreira

JORGE MIGUEL PEDREIRA

Licenciado em História e mestre em Sociologia e Economia Históricas, com a dissertação *Indústria e Atraso Económico em Portugal, 1800/25*, é assistente do Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U.N.L. Colaborou no *Dicionário Ilustrado da História de Portugal* (Alfa, Lisboa, 1985) com, entre outras, entradas sobre portugueses que se expressaram na área do pensamento económico. Tem entregues para publicação artigos sobre história da indústria e dos empresários (*Análise Social*, 97; *Penélope*, 1; *Povos e Culturas*, 2).

1. Os problemas e as vias da sua abordagem: advertência preliminar

O título deste breve estudo pode parecer à primeira vista pretensioso, mesmo se o subtítulo vem, não sem alguma incerteza, mitigar essa ambição. Alguns esclarecimentos prévios quanto ao seu alcance são por isso devidos.

Pretende-se, antes de mais, suscitar dúvidas e perguntas, propor algumas interpretações também acerca de um conjunto de problemas de tal modo amplo e complexo que seria estultícia querer considerar aqui exaustivamente.

Este aviso feito, ficam ainda alguns aspectos que será necessário deixar claros. As noções de agrarismo, industrialismo e liberalismo podem parecer equívocas quando aplicadas às sensibilidades económicas em Portugal, na medida em que evocam correntes de opinião apoiadas em sistemas de ideias organizados e coerentes e, entre nós, porventura nem mesmo no último caso, elas genuinamente existiram. Usamos estas designações por facilidade de identificação e à falta de outras.

Pretendemos proceder a uma aproximação ao pensamento económico português, no período que vai, grosseiramente, do afastamento político do Marquês de Pombal até ao final da primeira experiência constitucional, a partir da dualidade fundamental entre agrarismo e industrialismo e do modo como, nos seus cambiantes, vai integrando velhas e novas ideias, denominadamente a questão liberal.

Não se trata de fazer a genealogia dos conceitos, de traçar o seu percurso até às suas origens, de avaliar as fidelidades e os desvios dos autores

em relação às escolas em que supostamente poderão ser filiados, de fazer a selecção dos «precursores» e dos «epígonos». Esta é a maneira de fazer a história das ideias, sem dúvida necessária, que mais tem sido contemplada por uma investigação que interessou em primeiro lugar os economistas e só secundariamente os historiadores: «Desde a fundação da sua disciplina, os economistas têm-se interessado pelos antecedentes das suas próprias teorias. Mas a descoberta dos antecedentes raramente é um problema para os historiadores».¹

Será útil, no entanto, uma complementaridade de perspectivas; propomos por isso uma abordagem de historiador, acometendo o problema central — essa dicotomia entre agrarismo e industrialismo e a sua articulação com a questão liberal — por diversas vias. São os seguintes os planos de análise que sugerimos, entre vários outros possíveis, e que naturalmente só podemos parcialmente desenvolver:

- I Detectar o modo como as conjunturas económicas podem inibir ou favorecer certas formas de pensar a economia;
- II Situar os círculos sociais e culturais que protagonizam ou controlam a elaboração das linhas-mestras do pensamento económico e os debates que se estabelecem no seu seio, na sua busca não de «porta-vozes orgânicos» de agrupamentos sociais predefinidos, mas de uma caracterização sociológica mais subtil;
- III Avaliar o estatuto social conferido à economia política como área de conhecimento e a eficácia social e histórica do seus enunciados, designadamente no que concerne à política económica;
- IV Perscrutar a influência, explícita ou subliminar, da repetição ou recitação de alguns mitos, na maneira de reflectir sobre os problemas económicos.

2. O agrarismo triunfante:

a Academia das Ciências e o ressurgimento do mito da decadência

Um rápido excuroso em domínios de política económica permitirá detectar os primeiros sintomas de uma inversão nas maneiras dominantes de pen-

¹ Maxime Berg, *The Machinery Question and the Making of Political Economy, 1815-1848*, Cambridge, 1980, p. 37.

sar a economia. Logo após o desterro de Pombal, o desmembramento da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação — em si mesmo significativo pelo que pode indiciar de um outro entendimento das funções de cada sector económico e das suas relações —, a cessação dos subsídios do Erário às fábricas, a transmissão de algumas para a posse de particulares e o encerramento de outras, a extinção das companhias monopolistas do comércio atlântico, a amputação de competências à Companhia das Vinhas do Alto Douro configuram uma perda de eficácia histórica do mercantilismo de feição colbertista, que se impusera durante o consulado de Carvalho e Melo.

A conjuntura económica, marcada, já não pela crise dos tráfegos coloniais e pela restrição dos meios de pagamento, mas antes pela prosperidade mercantil, fazia parecer desnecessária a protecção às fábricas e dispensáveis os novos dispositivos comerciais. Mais do que uma deliberada opção por padrões liberais — que a manutenção de isenções, privilégios e exclusivos não confirma —, a menor exigência de intervenção do Estado, quantas vezes apenas aceite como um mal necessário por alguns agrupamentos, explicará o abandono do mercantilismo pombalino.

Prefigura-se, no entanto, uma mudança das orientações fundamentais a que estará ligada a formação de uma nova instituição de produção e decantação do discurso económico: a Academia das Ciências. Constituída na base de relações interpessoais de índole aristocrática e clientelar, nascida de um desejo de emancipação de certas restrições que vigoravam na Universidade de Coimbra (Vandelli desabafava numa carta ao Visconde de Barbacena, dizendo que estava «fatigado e nauseado» dos «litterarios litigios»² universitários), embora contasse essencialmente desde o início com a actividade de alguns dos seus professores e licenciados, afirmando-se como organização de prestígio, onde terão assento os principais membros do Governo de D. Maria, assim como outros nobres, clérigos e, em menor grau, magistrados, a Academia colocava desde logo o fomento da agricultura como uma das suas prioridades. O Visconde de Barbacena, figura destacada do movimento da sua criação, pensava inclusivamente que uma memória sobre os benefícios que a agricultura poderia retirar de um tal

² «Carta de Domingos Vandelli ao Visconde de Barbacena em 10 de Janeiro de 1780», in Christovam Ayres, *Para a História da Academia das Ciências de Lisboa*, Coimbra, 1927, p. 126.

estabelecimento seria capaz de convencer os poderes da sua indispensabilidade³.

Esta preferência pela agricultura há-de marcar, de resto, as primeiras iniciativas — organização de concursos, atribuição de prémios às melhores contribuições para a resolução de problemas técnicos — e publicações da Academia. Poderíamos definir os contornos deste agrarismo nos seguintes eixos:

- a) Concessão da primazia absoluta, entre todas as actividades económicas, à agricultura, entendida como «primeira base da sociedade»⁴ ou «base fundamental das riquezas permanentes de um Estado»⁵ sobre que vinham apoiar-se todas as outras ocupações e de cuja prosperidade dependiam;
- b) Desvalorização do papel económico das fábricas, consideradas inimigas da agricultura pelo excessivo número de trabalhadores que podiam empregar, prejudicando a produção de subsistências e, deste modo, o crescimento da população;
- c) Insensibilidade, que não desconhecimento, aos desenvolvimentos técnicos que despontavam com a Revolução Industrial, em contraste com a atenção dada ao problema da agricultura, sobretudo aos que constituem motivo de preocupação da escola fisiocrática francesa;
- d) Falta de profundidade teórica no estabelecimento da prioridade da agricultura, não havendo recurso às noções de *produit de la terre* ou de *produit net*;
- e) Influência decisiva do comentário de alguns mitos, designadamente do mito da decadência, na fundamentação do primado da agricultura, sobretudo em relação às circunstâncias particulares de Portugal.

Não tendo triunfado, na Academia, apesar de algumas tentativas nesse sentido, o modelo francês de organização, limitando o número de sócios

³ «Carta do Visconde de Barbacena a Domingos Vandelli em 27 de Fevereiro de 1779», in C. Ayres, *ob. cit.*, p. 51.

⁴ Domingos Vandelli, «Memoria sobre algumas produções naturais deste Reino, das quaes se poderia tirar utilidade», in *Memórias Económicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, T. I, Lisboa, 1789, p. 177.

⁵ «Dissertação sobre agricultura», in *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Lisboa, 1987, p. 64.

e reservando esse estatuto a estudiosos e cientistas, o triunfo da mentalidade científica e da sua ligação à técnica parece ser, como já notou Jorge Borges de Macedo⁶, mais retórico do que substancial, contando-se embora a seu crédito um assinalável esforço de divulgação.

Não seria de qualquer modo de esperar que fossem supridas as deficiências das ferramentas mentais disponíveis na época. Sabemos quanto a economia política pré-ricardiana estava ainda longe de ter considerado em toda a sua extensão os problemas da máquina, a que de resto não prestava particular atenção, entendendo-a simplesmente como corolário da divisão do trabalho (Smith) ou como expediente para economizar mão-de-obra (Lord Lauderdale). Em Portugal, antes da viragem do século, mesmo os espíritos mais bem informados e os primeiros leitores de Smith praticamente não se detêm sobre este tipo de questões.

Domingos Vandelli, que era aliás proprietário de fábricas de loiça em Coimbra e Vila Nova de Gaia⁷, entendia que as máquinas inglesas de fiar algodão não eram convenientes para Portugal, porque poupavam não o trabalho dos homens mas o das mulheres, que abundava. Supunha igualmente que só a indústria dispersa, exercida pelos camponeses nos tempos mortos do ciclo agrícola, era realmente útil. Outros compartilham desta sua posição e a ideia de *indústria popular* fez escola na Academia, e depois também fora dela.

Deve também sublinhar-se quanto o mito da decadência vem reforçar o agrarismo professado pela maioria dos membros da Academia. É bem verdade que a agricultura pouco progredira ao longo de Setecentos e que essa situação deplorável mais facilmente podia ser reconhecida por observadores que viviam o surto mercantil e manufactureiro finissecular. Não é, porém, no horizonte secular que vem colocar-se a temática da decadência. Retomam-se geralmente, algumas vezes de forma explícita (por exemplo na remissão de Vandelli para Severim de Faria), velhas posições seiscentistas, frisando embora menos a vertente moral da questão, e a ideia de corrupção, e mais a vertente económica, e o problema da população.

Verbera-se a expansão, sobretudo a oriental, e a sangria de gente que a acompanhara, e recupera-se um mítico referencial de prosperidade, uma idade de fartura agrícola difusamente situada na primeira dinastia, que

⁶ J. B. Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963, p. 222.

⁷ «Consulta da Junta do Comércio de 25 de Fevereiro de 1793», AHMOP, JC 9, Mç 2.

encontra os seus heróis em D. Sancho I e D. Dinis. Emerge, torna-se observável, portanto, uma muito antiga tradição: os mitos do passado substituindo ainda uma vez as utopias, como assinalou Vitorino Magalhães Godinho. Vive-se o tempo vago, indefinido, desses mesmos mitos⁸.

Em todo o caso, na ausência de outras associações, por exemplo dessas sociedades económicas que tanta vitalidade revelavam na vizinha Espanha, substituindo-se parcialmente à Universidade, a Academia erigiu-se em *sociedade de discurso*⁹, canalizando o essencial da produção do pensamento económico, chamando a si lentes e doutores de Coimbra, aristocratas e desembargadores. O agrarismo que triunfava no seu seio, se bem que não reunisse exactamente a unanimidade, torna-se uma referência quase obrigatória, mesmo para os que fora dela se exprimiam, chegando a invocar-se os mitos de fertilidade e a sacralizar a ocupação agrícola. Ferrari Mordau, por exemplo, não lhe chamava «Officio Divino»?¹⁰

3. O agrarismo em questão: liberais, brasileiros e negociantes

Depois da saída a público dos três primeiros volumes das *Memórias Económicas*, começam a surgir algumas vozes que não se pautam pelo agrarismo dominante, que indiciam outras perspectivas sobre as questões económicas.

O essencial desta produção é exterior à Academia, ainda que a publicação do *Ensaio Económico*, de Azeredo Coutinho, seu sócio, por ela tenha sido patrocinada. Em todo o caso, mais do que instituições especialmente vocacionadas para o controlo do discurso, são as circunstâncias dos autores (formação, profissão, naturalidade, até) que modelam aqui o ideário económico. Eles são negociantes ou escrevem para negociantes, são ainda os *consultant administrators*, para usar a designação de J. A. Schumpe-

⁸ V. Magalhães Godinho, «Entre Mito e Utopia: os Descobrimientos, Construção do Espaço e Invenção da Humanidade dos Século xv e xvi», *Revista de História Económica e Social*, 12, 1983, e «Reflexões sobre Portugal e os Portugueses na Sua História», *Revista de História Económica e Social*, 10, 1982.

⁹ Michel Foucault, *L'Ordre du Discours*, Paris, 1971, pp. 41 ss.

¹⁰ Luís Ferrari Mordau, *O Despertador da Agricultura em Portugal* (1782), Lisboa, 1950, p. 15.

ter, universitários e desembargadores, titulares de cargos administrativos sobretudo periféricos, que já vinham contribuindo para a produção da Academia. Não é possível individualizar uma unidade no seu posicionamento perante os problemas, apenas algumas regularidades.

Há, por um lado, a influência de uma concepção liberal muito mais extensiva do que o aparente *laissez-faire* dos autores das *Memórias Económicas*, em que a preocupação do auxílio à agricultura e, em particular, à cerealicultura acabam por mitigar os postulados da não intervenção do Estado, da livre operação dos interesses individuais e da concorrência.

Estes princípios, de resto, pareciam ter adquirido uma certa eficácia social e histórica, difundindo-se nas estruturas dos poderes locais. Em 1794, por exemplo, o Juiz de Fora da Covilhã, em representação de numerosos fabricantes, combatia a concessão de um exclusivo, com o argumento de que a concorrência era um elemento decisivo do progresso económico¹¹.

Este aprofundamento das posições liberais, de que serão intérpretes destacados alguns dos primeiros leitores de Smith, vem colocar o agrarismo em questão e abrir contra ele uma acesa polémica, que terá, aliás, a sua importância para a afirmação da economia política. Até então continuava a fazer-se repousar a produção de riqueza na terra, único factor capaz de criar um novo valor original. A indústria fabril podia inclusivamente, já o vimos com clareza, ser tida como inimiga da prosperidade agrícola, desviando braços da lavoura e prejudicando, deste modo, toda a economia. Se havia localidades desafogadas, em que as fábricas tinham um papel significativo, a sua riqueza só podia ter-se conseguido à custa do abandono e do empobrecimento de áreas circundantes mais ou menos próximas. O Estado, por isso, não devia favorecer a indústria, mas a agricultura, e o desenvolvimento das fábricas, limitado, seria forçosamente posterior ao pleno florescimento agrícola. São estas, por exemplo, as concepções de um Domingos Vandelli ou mesmo de um Rodrigues de Brito¹².

¹¹ «Acerca do requerimento do Privilégio Exclusivo, pedido por José Mendes Veiga e contraditado por numerosos fabricantes e negociantes da Covilhã, em 1794», AHMOP, JC 9, Mç 3. Vários outros exemplos podiam ser mencionados.

¹² De Vandelli, além da memória já citada, veja-se a célebre «Memoria sobre a preferencia que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as Fabricas», nas *Memórias Económicas...*, *op. cit.*, vol. 1; e de Rodrigues de Brito veja-se, principalmente, a Memória II, *Memórias Políticas sobre as Verdadeiras Bases da Grandeza das Nações e principalmente de Portugal*, Lisboa, 1803.

Ora, Bacelar Chichorro, juiz demarcante da província da Estremadura, escrevendo em 1795, e Silva Lisboa, professor da Baía, pronunciando-se poucos anos mais tarde, afirmavam que não era a terra, mas a actividade humana, o trabalho, que constituía a fonte de riqueza. Nem um, nem outro, revelam porém uma atenção particular às transformações técnicas em curso.

Chichorro passava desta nova teoria do valor para uma outra avaliação do lugar do trabalho, insurgindo-se com veemência contra a baixa condição social do «hábil machinista» ou do «bom fabricante»¹³, sublinhando que «sem as artes a maior parte das produções da terra nos seriam inúteis; sem ellas a mesma terra não teria huma decima parte da sua actual produção»¹⁴. Entendia a indústria como «ramo importante» e chamava a atenção para as vantagens das fábricas no emprego da população urbana e para os progressos que se poderiam retirar da divisão do trabalho. É nítida aqui a influência de Smith, manifesta inclusivamente no exemplo da manufactura de alfinetes, não afluando uma consciência efectiva das possibilidades do maquinismo, subsumido na divisibilidade dos ofícios¹⁵.

José da Silva Lisboa, por seu lado, na polémica que sustenta com Rodrigues de Brito, criticando embora incisivamente o agrarismo de tonalidade fisiocrática que o seu interlocutor professava, insistindo na teoria do valor-trabalho, apressa-se a salientar que Adam Smith, cujas concepções defende com intransigência, «não mostra predilecção pelas manufacturas da sua patria»¹⁶ e faz questão em sublinhar que «Smith observou que, a iguais, ou a não mui desiguais lucros, todo o individuo, em atenção ao próprio interesse, e segurança da sua fortuna, procura empregar o seu capital antes em agricultura do que em manufacturas»¹⁷.

Não deixa de ser sintomático que neste diálogo com Rodrigues de Brito só de forma fugidia seja aflorado o tema da divisão do trabalho, tão caro a Smith, que poderia lançar a questão dos progressos técnicos e industriais. Mas Silva Lisboa estava fundamentalmente ligado às condições da actividade comercial. Recorde-se que era autor dos *Princípios de Direito Mercantil*, que, segundo o testemunho de um seu crítico, teriam provocado alvo-

roço entre os comerciantes portugueses¹⁸ e, em pouco tempo, esgotaram duas edições.

A sua condição de brasileiro parece não ser alheia a esta preocupação especial pelo domínio do comércio. Tal como ele, Azeredo Coutinho, doutor em cânones que chegou a ser governador e bispo de Pernambuco e presidente da Junta da Fazenda, oriundo de uma família proprietária de engenhos de açúcar, ocupa-se em primeiro lugar dos caminhos da mercantilização. Sócio da Academia, é no seu interior uma voz minoritária. No seu *Ensaio Económico*, que foi traduzido em francês e reeditado, afirma que: «A agricultura e a indústria são a essência: a sua união é tal, que se se uma excede a outra, ambas se vem a destruir.»¹⁹ Mas acaba por acentuar o papel do comércio e da navegação: «Portugal sendo um dos Estados mais pequenos da Europa, só pela marinha se fêz grande.»²⁰ Denotando um profundo conhecimento das práticas mercantis, situa-se essencialmente do ponto de vista dos interesses brasileiros, circunscrevendo o desenvolvimento da indústria às produções elementares, evitando as que dependessem de «muito engenho», não promovendo as de luxo, porque era necessário «deixar de proposito uma porta aberta, para por ella entrarem as Nações industriosas a commerciar connosco»²¹.

Mesmo quando se questiona o agrarismo dominante, não parece pois advogar-se, em contraposição, o industrialismo. Algumas consciências começam, porém, a ser permeadas pela importância das mutações técnicas em curso na indústria europeia e pela sua influência no progresso económico. No panfleto editado em 1795, atribuído a Jacome Ratton, destacado negociante e deputado da Junta do Comércio, em que se faz alarde do conhecimento dos escritos de Arthur Young, chama-se a atenção para os benefícios que poderiam advir a quem empreendesse a instalação de fábricas de fiação mecânica de algodão: assinalava-se o caminho da Revolução Industrial²².

¹⁸ Reflexões críticas sobre a obra de José da Silva Lisboa «Princípios de Direito Mercantil» feitas por hum homem da mesma profissão, Lisboa, 1803, p. III.

¹⁹ José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, *Ensaio Económico sobre o Commercio de Portugal e Suas Colonias*, Lisboa, 1794, p. 13.

²⁰ *Id.*, p. 19.

²¹ *Id.*, p. 115.

²² *Demonstração das grandes utilidades que devem rezultar a todos aquelles que emprenderem a fiação, e tecelagem de algodão em Portugal*, Lisboa, 1795.

¹³ *Memória Económico-Política da Província da Estremadura* (1795), Lisboa, 1943, p. 41.

¹⁴ *Id.*, p. 40.

¹⁵ *Id.*, p. 56.

¹⁶ José da Silva Lisboa, *Princípios de Economia Política, para Servir de Introdução à Tentativa Económica*, Lisboa, 1804, p. 173.

¹⁷ *Id.*, pp. 155-156.

Alguns anos mais tarde, um texto de um comerciante, escrito para outros comerciantes, a *Escola Mercantil* de Manuel Luís da Veiga, vem demonstrar um acompanhamento muito atento das realidades técnicas e industriais. Recorre já não à metáfora estratigráfica, baseando tudo na agricultura, mas à figura da engrenagem, em si mesma significativa, que será frequentemente retomada uma década depois, em que a agricultura, a indústria e o comércio se fazem mover mutuamente: «A Agricultura, as Manufacturas, e o Commercio parece formam uma cadeia, e unirem-se entre si para augmentar a povoação e os seus gozos.»²³

Se não evidencia uma opção industrialista, no sentido em que poderia acentuar a preeminência das manufacturas, a obra de Manuel Luís da Veiga exprime uma outra ponderação do lugar económico de indústria, ainda que se pautе por um pragmatismo que atende às circunstâncias peculiares de cada país: «Se as artes são as que tem civilizado as nações, hum Estado deve procurar todos os meios de fazer florescer as suas fabricas, ou artes manufactureiras.»²⁴ Expõe igualmente um conhecimento detalhado de alguns avanços técnicos — da utilização da energia hidráulica, por exemplo — sobre que medita, concluindo inequivocamente pela utilidade de mecanização: «A industria manufactureira não offerece aos homens máquinas mais uteis à sua vida social do que aquellas que economizão o seu trabalho [...] a vantagem que se tira da invenção de huma maquina, he absoluta e permanente, e a desvantagem, que della póde resultar, não he senão relativa, ou momentanea.»²⁵ Portugal carecia justamente da «intelligencia do mecanismo» para poder adiantar-se industrialmente.

É entre os negociantes que vai despontando, pois, uma reflexão mais cuidadosa sobre os desenvolvimentos técnicos, o que os conduz a uma outra avaliação, mais positiva, do papel da indústria na economia. No entanto, a audiência dos seus escritos era forçosamente limitada. Os textos com maior difusão, mesmo quando põem em causa o agrarismo, atribuem prioridade ao mundo do comércio. E a própria eleição da agricultura como primeira das actividades humanas persistia, algumas vezes de forma mais discreta, apenas como figura de retórica, outras declaradamente, como na obra de Rodrigues de Brito, lente da Universidade, que, na graduação dos

seus quatro sistemas fundamentais, antepunha claramente o sistema agrário: «Por mais que aquelles enfatuados apologistas do brilhantesco das fabricas queirão dar-lhes toda a preferênciа, elles não poderão nunca provar [...] que as Nações, que mais florecerão nas manufacturas, não terião huma riqueza muito maior, e mais solida, se ellas tivessem applicado seus cuidados, e preferencia á agricultura.»²⁶

O debate e a dissonância de opiniões, a maior difusão dos livros sobre temas económicos — que fica bem expressa pela sua reedição — teriam repercussões sobre o próprio estatuto conferido à economia política. A utilização dos seus enunciados nas argumentações e nas contra-argumentações, a sua penetração nas actividades práticas dos negociantes promovem esta área de conhecimento. Rodrigues de Brito, considerando-a inicialmente como parte da «Grande Sciencia da Legislação, ou Política», vem na polémica com Silva Lisboa, que chamara a atenção para a sua «influencia na felicidade geral»²⁷, atribuir-lhe a autonomia, definindo-a como «sciencia que sustenta a vida, e existencia das Nações.»²⁸

4. O liberalismo em defesa do agrarismo.

O debate sobre as fábricas.

Se a expressão do liberalismo económico tinha constituído uma das primeiras formas de questionar as concepções agraristas, a verdade é que a apropriação social desse ideário liberal, tal como se configura durante a Guerra Peninsular, veio em socorro das opções que afirmavam a supremacia da agricultura. A Carta Régia de 7 de Março de 1810 vinha justificar a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação com a Grã-Bretanha com «os principios mais demonstrados da sã economia política, quaes o da liberdade, e franqueza do commercio» para adiantar também que «o emprego dos vossos cabedaes he por agora justamente applicado na cultura das vossas terras, no melhoramento das vossas vinhas, na bem entendida manufactura do azeite», etc.

Não passemos adiante sem notar o que podia significar de elevação social para economia política e para os seus intérpretes esta referência expli-

²³ Manuel Luís da Veiga, *Eschola Mercantil sobre o Commercio assim Antigo como Moderno entre as Nações Commerçiantes dos Velhos Continentes*, Lisboa, 1803, p. 169.

²⁴ *Id.*, p. 155.

²⁵ *Id.*, p. 242.

²⁶ J. J. Rodrigues de Brito, *Memorias Politicas...*, Memória II, p. 37.

²⁷ J. Silva Lisboa, *Principios de Economia...*, p. IV.

²⁸ Rodrigues de Brito, *Memorias...*, T. I: (dedicatoria) e t. III, p. 11.

cita aos seus postulados. A política que tivera início com a abertura dos portos do Brasil à navegação estrangeira e prosseguia com o tratado luso-britânico, para além de proceder de uma situação de clara dependência, encontrava nos interesses brasileiros o seu principal suporte. Silva Lisboa será o seu doutrinador, apoiando-se num liberalismo radical que recusa qualquer protecção especial à indústria, além do abatimento dos direitos. Em 1810 escrevia: «Fabricas que não se puderem suster, introduzir e prosperar com estes favores e incitamentos, manifestão, que são improprias, ou prematuras nas circunstâncias do paiz.»²⁹ E na análise do Tratado, de que há-de encarregar-se alguns anos mais tarde, são os benefícios que dele podiam advir para o Brasil que merecem a sua atenção. Pouco importava que a reciprocidade não estivesse garantida, era preciso reforçar as relações comerciais anglo-brasileiras, escoar os géneros coloniais, e não era grave que algumas fábricas tivessem de ceder: «Só vacillão as que não tem naturais proporções para prosperar.»³⁰

Se estas concepções dominam a governação do Rio de Janeiro, de que Silva Lisboa era conselheiro, em outros círculos vão levantar-se, no entanto, algumas vozes discordantes. A profunda crise em que as invasões tinham mergulhado a economia nacional e a indústria em particular, abrindo caminho ao ressurgimento do velho mito da decadência, que readquire perante a conjuntura uma eficácia acrescentada, atraía do mesmo golpe os olhares para a importância da indústria e para os avanços que ela conhecera na Grã-Bretanha.

Em algumas obras contemporâneas, a consciência da magnitude das transformações industriais em curso parece aprofundar-se. Manuel Teixeira Cabral de Mendonça, em *O Guarda-Livros Moderno*, que naturalmente se destina à comunidade dos negociantes, põe em relevo as conquistas técnicas das fábricas inglesas e até norte-americanas e insiste na ideia de que as manufacturas e a agricultura têm interesses recíprocos.

Mas são sem dúvida os livros de José Acúrsio das Neves e os artigos de Francisco Solano Constâncio, saídos a público em jornais portugueses editados no estrangeiro, que sustentam as posições mais vincadamente antiagraristas, pugnando pelo adiantamento da indústria nacional. Acúrsio

²⁹ J. Silva Lisboa, *Observações sobre a Prosperidade do Estado pelos Liberaes Principios da Nova Legislação do Brazil*, Rio de Janeiro, 1810, p. 60.

³⁰ J. Silva Lisboa, *Memoria dos Benefícios Politicos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*, Parte II, Rio de Janeiro, 1818, p. 152.

sio das Neves e Solano Constâncio têm muito em comum e muito que os afasta também. Ambos conhecem o que de mais significativo se escrevia na Europa no domínio da economia política; ambos aderem em princípio aos postulados liberais. Mas vêm de ambientes diversos, Acúrsio das Neves instalado na administração, desembargador e membro da Junta do Comércio, Constâncio, médico, estrangeirado e exilado político.

Se Francisco Solano Constâncio recorre ainda ao poder explicativo do mito da decadência, não deixa de exhibir o conhecimento da realidade industrial e uma precoce percepção dos seus primeiros problemas. A sua francofilia mal dissimulada e a condenação do regime absolutista facilitavam-lhe a veemente censura da política nacional e dos argumentos que em seu favor tinham sido brandidos pela Carta Régia de 1810. Perante a concorrência inglesa, pensava que a protecção agrícola e industrial era indispensável. Colocava-se, pois, de um ponto de vista histórico e nacional para criticar o livrecambismo como princípio universal³¹.

José Acúrsio das Neves, por seu lado, demonstra ser o melhor conhecedor da situação da indústria portuguesa. Emancipando-se dos velhos mitos, ultrapassa a ideia de decadência — que só aceita no tempo curto, como resultado das invasões francesas — e contrapõe-lhe a noção de «atrasamento», alicerçada na percepção do impacto das mudanças tecnológicas, designadamente do «poder mágico da máquina de vapor». O atraso resultaria da «razão composta» do retrocesso nacional e do «extensíssimo uso das máquinas» nas «nações industriozas»³².

Verberando explicitamente mercantilistas e fisiocratas, condenava, já em 1814, as posições agraristas surgidas em algumas memórias: «Não se esperaria que houvesse ainda no século XIX quem nos aconselhasse a renunciar à ideia de ter fabricas, para nos entregarmos somente á agricultura, como vejo em algumas memorias recentemente publicadas.»³³

Concebida a economia como um sistema integrado e a agricultura e a indústria como «duas rodas que engrenão: huma move a outra». Não deixava também de salientar, seguindo Jean-Baptiste Say, algumas das prerrogativas das manufacturas: «A industria fabril, assim como a commer-

³¹ Veja-se *Solano Constâncio: Portugal e o Mundo nos Primeiros Décénios do Século XIX*, (antologia org. por Maria Leonor Machado de Sousa), Lisboa, 1979.

³² *Memoria sobre os Meios de Melhorar a Industria Portuguesa, Considerada nos Seus Diferentes Ramos*, Lisboa, 1820, p. 48 e *Variedades sobre Objectos Relativos às Artes, Comercio e Manufacturas*, vol. II, Lisboa, 1817, p. 50.

³³ *Variedades...*, II, p. 215

cial, tem ainda huma vantagem: não conhece limites senão os que lhe põe a conducta das nações, ao mesmo tempo que a industria agricola, que se applica à cultura das terras he limitada pela extensão, e gráo de fertilidade do paiz.»³⁴ Não adería por isso à ideia de que a anterioridade de um progresso agrícola era imperiosa para o desenvolvimento da indústria, pelo contrário, julgava as fábricas capazes de incentivar o adiantamento da agricultura: «O paiz onde se estabelecerem fabricas pode estar certo de ver augmentar a sua população e agricultura», citando o caso de algumas localidades portuguesas (Alcobaça, Marinha Grande, Tomar, Azeitão, etc.)³⁵

Embora professando o liberalismo económico, supondo a livre iniciativa e o «estímulo do lucro» como as grandes alavancas para o incremento da actividade económica, não hesitava em bater-se pela protecção às fábricas: «Para que as manufacturas se possam estabelecer e conservar em estado de prosperidade, precisão mais da acção permanente e illustrada dos governos. Todos parecem hoje intimamente penetrados da necessidade de proteger as fabricas.»³⁶ Não punha completamente de parte, portanto, um certo proteccionismo, a praticar pelas «nações pouco adiantadas»: «Muitas vezes será necessário recorrer ao expediente das proibições e restricções [...] para que a industria estrangeira não sufoque na nascença os germes da industria nacional.»³⁷

Assim, nos primeiros anos após as invasões francesas, enquanto certos sectores de opinião regressam a um agrarismo tradicional, suportado agora pelo liberalismo mais radical e pelos interesses brasileiros, que encontram eco no governo do Rio de Janeiro, as críticas circunstâncias da industria nacional e a cada vez mais nítida imagem da dependência externa favorecem, em alguns observadores mais capazes de atender às transformações industriais, a tomada de consciência da importância das manufacturas e da necessidade da sua protecção eficaz. Mesmo quando, em princípio, advogam os princípios liberais, acabam por formular-lhes reservas e reticências, elaborando posições mais pragmáticas e adaptadas às peculiares condições do país.

³⁴ *Variedades...*, p. 218.

³⁵ *Variedades...*, vol. I, Lisboa, 1814, p. 11.

³⁶ *Memoria sobre os Meios...*, p. 42.

³⁷ *Variedades...*, II, p. 266.

5. Liberalismo nacionalista e liberalismo agrarista. Negociantes, parlamentares e panfletários

As correntes que se tinham definido na segunda década de Oitocentos haveriam de compor as linhas mestras do debate político-ideológico do triénio vintista, na medida em que tinham já dado voz ao descontentamento que se ia avolumando na Metrópole, pela depressão económica e pela preponderância inglesa. Não se introduzem, com efeito, ideias verdadeiramente novas, havendo apenas distintas apropriações sociais dos discursos preexistentes.

Assim, depois da Revolução de 24 de Agosto de 1820 e principalmente após a reunião das Cortes Constituintes, em que se acumulam múltiplas competências, desencadeia-se um movimento peticionário, mas também um febril movimento panfletário, de que muitas memórias se perderam, mas outras, dadas à estampa, sobreviveram, entre as quais a *Memoria sobre os meios de melhorar a industria portugueza*, de Acúrsio das Neves.

A existência de um interlocutor, de um poder mais próximo, o angustiado sentimento da crise, que tinha como contraponto a esperança de uma «regeneração» da pátria, alimentaram a impressionante expressão de preocupações e interesses sobre temas os mais diversos. Era um tempo em que «cada um disputava ao governo tudo quanto queria, onde cada um se arvorava já estadista, já publicista.»³⁸

Neste alvoroço panfletário, os negociantes, que chegaram a ser convocados pelo próprio Congresso e que constituíram comissões em várias praças para dar parecer sobre o melhoramento do comércio, tomaram uma posição de destaque, comentando a protecção à indústria e à agricultura, pronunciando-se sobre a abertura de portos francos, etc.

Em alguns casos, glosam ainda o mito da decadência, que, nesta época de diagnósticos amargos e de esperanças renovadas, revelava uma particular eficácia social. Uma comissão de comerciantes de Lisboa recuperava ainda a ideia de que «só depois das descobertas do Infante D. Henrique he que a Agricultura, e povoação principiárão a sua decadência»³⁹. Todavia, era entre aqueles que pensavam que o país, perante a crise comercial

³⁸ «Consulta da Junta do Comércio de 11 de Maio de 1824», in Luís Fernando Carvalho Dias, *História dos Lanifícios (1750-1834)*. Documentos, vol. III, s. l. n. d., p. 834.

³⁹ *Memorias dos Trabalhos da Commissão para o Melhoramento do Commercio de Lisboa...*, Lisboa, 1822, p. 6.

e industrial, deveria regressar à ocupação que lhe dera a prosperidade inicial e que a obscura tentação do luxo fizera perder, que a mitologia da decadência se reforçava, disseminando-se até no tecido social.

Os negociantes, na sua esmagadora maioria, inclinam-se, pelo contrário, até porque muitos mantêm também interesses industriais, para uma defesa das manufacturas. A mesma comissão do comércio da capital, no seu relatório, sublinhava: «Quando as artes, e as manufacturas se elevarem, a agricultura se collocará ao mesmo nível, porque tudo está em commercio na mais perfeita correspondência.»⁴⁰ Denunciando a concorrência estrangeira como um dos grandes males de que padecia o país, asseverava: «Vistas interesseiras das Nações que nos tem esgotado, nos tem querido persuadir que Portugal não he proprio para fabricas.»⁴¹ Propunha, assim, a imposição de «fórtes, e prohibitivos direitos» aos géneros de agricultura e indústria estrangeiros que rivalizassem com os nacionais, chegando até a sugerir a proibição da entrada para alguns deles (géneros coloniais, vinho, sal, azeite, estampados, sedas, etc.)⁴². Estes alvitres só encontraram a discordância de uma restrita minoria dos membros da comissão, que assim mesmo pediam direitos de 30 por cento sobre as importações industriais⁴³.

Henrique Nunes Cardoso, negociante que pertencia a esta comissão, achou apesar de tudo por bem editar um folheto em que procurava responder «a algumas insinuações feitas em desabono da industria fabril». Reproduz os argumentos que outros antes dele haviam já utilizado. interdependência entre a agricultura e indústria, maior necessidade de protecção às manufacturas, limitação à liberdade de comércio internacional⁴⁴. Francisco Veloso de Azevedo, proprietário de uma estamperia, redigindo um panfleto pela mesma altura, em que expõe os seus projectos para o melhoramento económico de Portugal, não se afasta destas concepções gerais, insistindo todavia na acção do Estado

⁴⁰ *Memorias dos Trabalhos da Comissão para o Melhoramento do Commercio de Lisboa...*, Lisboa, 1822, p. 6.

⁴¹ *Id.*, p. 8.

⁴² *Id.*, p. 26.

⁴³ *Relatorio, e Artigos Que os Membros da Comissão do Commercio Eleita na Praça de Lisboa abaixo Assignados...*, Lisboa, 1822, p. 12.

⁴⁴ *Exposição que, como Membro da Comissão encarregada de propor o melhoramento do Commercio, faz Henrique Nunes Cardoso. Em resposta a algumas insinuações feitas em desabono da industria fabril*, Lisboa, 1822.

e na promoção do adiantamento técnico, através da concessão de prémios⁴⁵.

O debate sobre a questão industrial foi muito mais aceso no interior do próprio Congresso do que no seu exterior. Levantou-se não em temas gerais, mas sempre a propósito de problemas particulares de que as Cortes nunca quizeram libertar-se. Os agraristas, entre os quais se evidenciava João Rodrigues de Brito, recorriam aos postulados liberais para defender a renúncia à protecção industrial. Mas erguiam-se vozes autorizadas em sentido contrário. Alguns dos mais destacados vintistas, Fernandes Tomás, Borges Carneiro ou Ferreira Borges, contrapunham a necessidade, por razões nacionais, de favorecer a indústria. E chega a advertir-se contra os perigos da simples aceitação do livre câmbio. «Eu não posso admitir o princípio de economia política da chymerica liberdade de importação», assim se expremia um deputado⁴⁶. De qualquer modo, a atenção que a agricultura merecia, sobretudo nos seus aspectos institucionais, era muitíssimo superior.

A protecção alfandegária recairia, talvez por isso, desde 1821, sobre as produções agrícolas, enquanto a indústria continuaria a sofrer a concorrência britânica, em razão do Tratado de 1810 e da constante pressão inglesa que demovia as veleidades dos governantes nacionais. Aliás, já antes, as posições mais próximas do industrialismo enfrentavam grandes dificuldades de afirmação e de tradução na política económica, mesmo quando eram expressas por homens bem colocados no aparelho administrativo, como Jacome Ratton ou José Acúrsio das Neves. A oposição do Conselho da Fazenda a algumas directrizes da Junta do Comércio ilustra a impermeabilidade de largos segmentos da estrutura do Estado às pretensões da indústria. Diogo Ratton podia, por isso, denunciar vigorosamente a incapacidade desses organismos, que atribuía ao facto de serem conduzidos por magistrados profissionais⁴⁷.

Mesmo sem introduzirem ideias inovadoras, estas discussões, em que a economia política era frequentemente citada, promoviam e conferiam um crescente prestígio a esta área do conhecimento. Acúrsio das Neves, na sua

⁴⁵ F. G. V. A., *Projecto de Melhoramento dos Três Importantissimos Esteios da Felicidade do Estado Portuguez, Artes, Manufacturas, e Commercio*, Lisboa, 1821, pp. 6-8.

⁴⁶ *Diário das Cortes Constituintes*, 21 de Março de 1821, p. 313.

⁴⁷ *Reflexões sobre a Junta do Comércio, sobre as Alfândegas, sobre os Depósitos, e sobre as Pautas*, Lisboa, 1821, p. 1.

memória oferecida ao Congresso, defendera já que o seu ensino seria decisivo para o progresso económico. As Cortes viriam, de resto, a aprovar a criação da disciplina na Universidade de Coimbra, encarregando-se até de encomendar um compêndio⁴⁸.

6. Considerações finais

Para concluir, valerá a pena resumir os traços principais e as características mais permanentes, que correm como um substracto profundo sob as oscilações de superfície, e as diversas apropriações sociais e políticas e instrumentalizações de que são alvo. Esquemáticamente, poderíamos enunciar os seguintes eixos:

- I Preeminência do agrarismo, reagindo contra o mercantilismo pom-balino, canalizado por um discurso controlado pela Academia das Ciências, em que o mito da decadência revela particular eficácia, ainda que venha a encontrar-se em outros contextos;
- II Apesar desta predominância do agrarismo persistir, as suas modalidades vão-se alterando, apagando-se os problemas técnicos perante as questões institucionais, sobrevalorizadas pelo ideário liberal, que começa a ter uma eficácia real e uma influência efectiva na governação desde 1810;
- III Apropriações várias do liberalismo, que inicialmente põe em causa o agrarismo dominante, sendo parcialmente instrumentalizado pelos interesses brasileiros, mas que há-de depois ser recuperado pelos intransigentes defensores da agricultura;
- IV Um industrialismo sempre secundário, protagonizado por negociantes ou por observadores particularmente bem colocados que revelam uma maior sensibilidade aos problemas técnicos; afirmando-se perante a concorrência estrangeira, a defesa da indústria acaba por inclinar-se para um nacionalismo económico que atenua as convicções liberais dos seus principais promotores;

⁴⁸ Por proposta de João Rodrigues de Brito, em 12 de Fevereiro de 1821. A Comissão de Instrução Pública convidou os cidadãos que se julgassem capacitados a elaborar um compêndio em 24 de Março. Veja-se Manuel de Almeida, *Compendio de Economia Política*, I Parte, Lisboa, 1822 (cf. pp. xvii. xxviii-xxxI).

- V Fixação dos argumentos fundamentais da controvérsia durante a segunda década de Oitocentos, a partir daí comentados, glosados e repetidos, apesar da perda de influência das instituições que controlam o discurso, ante a proliferação de escritos de administradores e panfletários;
- VI Crescente prestígio da economia política, configurado pelas referências elogiosas a seu respeito e pela importância que é conferida ao seu conhecimento e ao seu ensino;
- VII Influência das conjunturas de crise na atenção conferida aos diferentes sectores económicos, ainda que o colapso posterior às invasões tenha repercussões ambivalentes, aumentando as preocupações pela indústria, mas abrindo campo ao ressurgimento do mito da decadência, que em geral se associa ao agrarismo.